INFORMATIVO TRT2 Atos normativos da semana



Período: 25 a 29 de out. 2021

N 21

TRT2

Portaria n. 49/GP, de 21 de outubro de 2021

Designa o dirigente da Secretaria de Auditoria do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Provimento n. 1/GP, de 21 de outubro de 2021

Regulamenta a Tramitação de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Órgãos de interesse

TST

Edital de 22 de outubro de 2021

Torna públicos os nomes dos Desembargadores do Trabalho aptos a concorrer à vaga de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, decorrente do falecimento do Excelentíssimo Senhor Ministro Walmir Oliveira da Costa.

Resolução Administrativa

CSJT

Ato Conjunto n.

maio de 2020.

de 22 de outubro de 2021 Altera a composição do Grupo Nacional de Negócios do PJe, definida pelo Ato Conjunto n. 19/TST.CSJT.GP, de 4 de

Ato Conjunto n. 46/TST.CSJT.GP.SG, [de] 22 de outubro de 2021 Altera a composição do

Comitê Gestor do Diário

Resolução n. 428/CNJ, de 20 de outubro de 2021

Dispõe sobre 43/TST.CSJT.GP.SG.SETIC, procedimentos e rotinas quanto ao uso do Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes de Precatórios (CEDINPREC), sistema informatizado por meio do qual serão centralizadas as informações relativas à não liberação tempestiva de recursos para o pagamento de parcelas mensais indispensáveis ao cumprimento do

n. 2262, de 25 de outubro de 2021

Indica os integrantes da
lista tríplice para
provimento de uma vaga
de Ministro do Tribunal
Superior do Trabalho,
decorrente do falecimento
do Excelentíssimo Senhor
Ministro Walmir Oliveira da
Costa

Resolução Administrativa n. 2263, de 25 de outubro de 2021

Indica a Excelentíssima
Senhora Desembargadora
Jane Granzoto Torres da
Silva, do Tribunal Regional
do Trabalho da 2. Região,
e o Excelentíssimo Senhor
Juiz do Trabalho Roberto
da Silva Fragale Filho,
Titular da 1ª Vara do
Trabalho de São João de
Meriti - RJ, para compor o
Conselho Nacional de
Justiça.

Ato Conjunto n.
279/TST.GP.GVP.CGJT,
de 26 de outubro de 2021
Dispõe sobre a
necessidade de vacinação
para ingresso e
permanência nas
dependências do Tribunal
Superior do Trabalho.

Ato n. 15/GCGJT, de 27 de outubro de 2021

Institui a Plataforma de Pesquisa Patrimonial da Justiça do Trabalho de que trata o parágrafo único do art. 4º da Eletrônico da Justiça do Trabalho, instituído pelo Ato n. 146/CSJT.GP.SE, de 18 de setembro de 2009.

Ato n. 85/CSJT.GP.SG, de 22 de outubro de 2021 Altera o Gestor Nacional substituto do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Resolução n. 539, de 27 de setembro de 2021

Dispõe sobre a atuação do fisioterapeuta em ações de Cuidados Paliativos e dá outras providências.

STJ

Súmula n. 651/STJ [Disponibilizada no DJe do STJ de 22/10/2021]

Compete à autoridade administrativa aplicar a servidor público a pena de demissão em razão da prática de improbidade administrativa, independentemente de prévia condenação, por autoridade judiciária, à perda da função pública.

STF

Resolução n. 748/STF, de 26 de outubro de 2021

Estabelece medidas e orientações para o retorno das atividades presenciais

regime especial de que tratam os artigos 101 a 105 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Resolução n. 430/CNJ, de 20 de outubro de 2021

Altera a Resolução n. 344/CNJ, de 9 de setembro de 2021 que regulamenta o exercício do poder de polícia administrativa no âmbito dos tribunais, dispondo sobre as atribuições funcionais dos agentes e inspetores da polícia judicial.

Resolução n. 431/CNJ, de 20 de outubro de 2021

Altera o artigo 8º e o anexo da Resolução n. 390/CNJ, de 6 de maio de 2021, restabelecendo a vigência dos artigos 70 e 71 da Resolução n. 303/CNJ, de 18 de dezembro de 2019.

Portaria n. 277/CNJ, de 25 de outubro de 2021

Altera a Portaria n.
181/CNJ, de 28 de junho
de 2021, que institui
Grupo de Trabalho para o
desenvolvimento de
Formulário de Avaliação
de Risco para a
população LGBTQIA+.

Resolução n. 438/CNJ, de 28 de outubro de 2021

Resolução n. 304/CSJT, de 24 de setembro de 2021, e dá outras providências.

Ato n. 16/GCGJT, de 27 de outubro de 2021

Define a composição e as atribuições dos integrantes do Laboratório de Tecnologia para Recuperação de Ativos e Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro no âmbito da Justiça do Trabalho (Lab-JT).

Presidência da República

Decreto n. 10.844, de 25 de outubro de 2021

Altera o Decreto n. 8.772, de 11 de maio de 2016, para dispor sobre a segregação de cadastros.

Lei n. 14.230, de 25 de outubro de 2021

Altera a Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre improbidade administrativa.

Decreto n. 10.849, de 28 de outubro de 2021

Altera o Decreto n. 9.637, de 26 de dezembro de 2018, para dispor sobre a composição do Comitê Gestor da Segurança da Informação.

Congresso Nacional

Emenda Constitucional n.

no Supremo Tribunal Federal.

CNJ

Recomendação n. 112/CNJ, de 20 de outubro de 2021

Adequa as Recomendações n. 57/CNJ, de 22 de outubro de 2019; a Recomendação n. 58/CNJ, de 22 de outubro de 2019; Recomendação n. 63/CNJ, de 31 de março de 2021; Recomendação n. 71/CNJ, de 5 de agosto de 2020 à Lei n. 14.112, de 24 de dezembro de 2020. alteradora das Leis n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, lei n. 10.522, de 19 de julho de 2002, e lei n. 8.929, de 22 de agosto de 1994.

Recomendação n. 113/CNJ, de 20 de outubro de 2021

Recomenda aos órgãos do
Poder Judiciário medidas de
segurança para o
funcionamento de
instituições financeiras em
suas dependências.

Recomendação n. 114/CNJ, de 20 de outubro de 2021

Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a adoção de protocolos de segurança aos casos de magistrados(as) em situações de risco.

Resolução n. 429/CNJ, de 20 de outubro de 2021 Institui o "Prêmio CNJ

Altera, renumera e acrescenta dispositivos à Resolução n. 303/CNJ, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a gestão de precatórios e respectivos procedimentos operacionais no âmbito do Poder Judiciário.

Ministério da Economia

Instrução Normativa n. 100/SGP.SEDGG.ME, de 25 de outubro de 2021

Estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal -Sipec, quanto aos procedimentos a serem observados para a concessão do afastamento de servidores públicos, para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere, de que trata o art. 96 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Instrução Normativa n. 101/SGP.SEDGG.ME, de 27 de outubro de 2021

Estabelece regras e procedimentos a serem adotados pelos órgãos setoriais e seccionais do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, para a concessão do auxíliofuneral.

112. de 27 de outubro de 2021

Memória do Poder Judiciário".

Altera o art 159 da Constituição Federal para disciplinar a distribuição de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios.

Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região

Edifício Sede - Rua da Consolação n. 1272 CEP 01302-906 - São Paulo - SP Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal

JurisConsolidada